

SEXUALIDADE, GÊNERO E DIVERSIDADE: EXEMPLO DE CONSTRUÇÃO DE UM RECURSO EDUCATIVO

Sexuality, Gender and Diversity: An Example of Educational Resource Development

Greison Ferreira – Universidade Estadual Paulista (UNESP)/Brasil
Carolina Massarico – Faculdade de Botucatu (UNIBR)/Brasil
Marcela Pastana – Universidade Estadual Paulista (UNESP)/Brasil

RESUMO: Este artigo discute a criação de recursos educativos para a educação sexual no contexto escolar, com o propósito de valorizar a diversidade e promover direitos fundamentais. Objetiva-se analisar as possibilidades e os desafios do uso de materiais pedagógicos inclusivos, tomando como exemplo o tabuleiro "Diversidade em Pauta". Trata-se de uma pesquisa qualitativa, do tipo estudo descritivo, que articula revisão bibliográfica da literatura e relato de experiência sobre o processo de criação do jogo. A análise de conteúdo temática, fundamentada teoricamente nos estudos críticos sobre gênero e sexualidade, permitiu identificar que o uso de recursos lúdicos pode facilitar diálogos, combater preconceitos e valorizar as diferenças no ambiente escolar. Conclui-se que a articulação entre políticas públicas, formação inicial e continuada de profissionais da educação e desenvolvimento de materiais pedagógicos inclusivos é fundamental para uma educação sexual emancipatória, embora persistentes resistências institucionais e culturais ainda desafiem sua plena implementação.

Palavras-chave: Educação sexual. Diversidade sexual nas escolas. Recursos pedagógicos inclusivos. LGBTQIAPN+fobia.

ABSTRACT: This article discusses the creation of educational resources for sex education in the school context with the purpose of valuing diversity and promoting fundamental rights. The objective is to analyze the possibilities and challenges of using inclusive pedagogical materials, taking the board game "Diversity on the Agenda" as an example. This is qualitative research, of a descriptive study type, which articulates a bibliographic literature review and an experience report on the game's creation process. The thematic content analysis, theoretically grounded in critical studies on gender and sexuality, revealed that the use of playful resources can facilitate dialogues, combat prejudice, and value differences in the school environment. It is concluded that the articulation between public policies, initial and continuing training of education professionals, and the development of inclusive pedagogical materials is fundamental for emancipatory sex education, although persistent institutional and cultural resistances still challenge its full implementation.

Keywords: Sexual education. Sexual diversity in schools. Inclusive teaching resources. LGBTQIAPN+phobia.

1. INTRODUÇÃO

A escola, como espaço de formação educacional e cidadã, é fundamental para a promoção do respeito à diversidade e à desconstrução de preconceitos. No entanto, a educação sexual, um tema crucial para o desenvolvimento saudável dos(as) jovens, ainda enfrenta tabus e resistências significativas dentro do ambiente escolar (Bortolozzi; Pastana; Carvalho, 2020). A falta de materiais pedagógicos adequados e acessíveis que abordem a sexualidade e a diversidade sexual contribui para a perpetuação de preconceitos, especialmente contra alunos e alunas lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais, transgênero, queer, questionando, intersexo, assexuais, pansexuais, não-binários e outras múltiplas expressões da sexualidade e do gênero, representadas pela sigla LGBTQIAPN+ (CAADI, 2023).

Questões de sexualidade e gênero permeiam todas as dimensões da vida desde o nascimento, constituindo um processo contínuo de aprendizado nas relações sociais. A educação sexual, nome que se dá a esse processo, é muitas vezes negligenciada em sua complexidade. Conforme destacam Bortolozzi, Pastana e Carvalho (2020), a construção social de padrões e comportamentos associados ao gênero — como o considerado adequado para homens e mulheres em termos de vestuário e atitudes — reflete a legitimação de determinadas violências e a perpetuação de preconceitos. Desde a infância, somos expostos a normas e ensinamentos culturais que moldam nossa compreensão sobre masculinidades, feminilidades, orientações sexuais, expressões de gênero e identidade de gênero. Nesse sentido, Meireles e Ferrari (2021) argumentam que há razões fundamentais para que questões de gênero e sexualidade sejam ensinadas às crianças desde a educação infantil, justamente para desnaturalizar estereótipos e construir relações mais equânimes desde as primeiras experiências escolares.

Temas como a transição da infância para a adolescência, as curiosidades relacionadas às sexualidades, as transformações corporais da puberdade, informações sobre a menstruação, sobre a ereção e a ejaculação, sobre a masturbação, as práticas sexuais, o orgasmo, os relacionamentos e o prazer na totalidade, considerando os aspectos culturais que influenciam muitas vezes no silenciamento dos prazeres, especialmente para as mulheres, são questões importantes para a educação sexual que não podem ser abordados apenas de forma pontual e fragmentada. Tais tópicos, ainda envoltos em tabus,

revelam a importância de uma educação sexual que vá além da simples transmissão de informações biológicas, incluindo uma discussão crítica sobre os direitos, o respeito à diversidade e a desconstrução de estereótipos (Brasil, 2024).

Diante desse cenário, a Psicologia não pode se furtar de lidar com essas questões, pois elas são inerentes ao desenvolvimento humano e às interações sociais. De acordo com Bortolozzi, Pastana e Carvalho (2020), a educação sexual ocorre, de maneira informal, em diversos espaços sociais; no entanto, a escola é reconhecida como o local ideal para a implementação de uma educação sexual sistemática, estruturada e planejada. Como um ambiente de formação e aprendizagem, a escola transcende o aspecto meramente cognitivo, atuando como um espaço de promoção da saúde, de desenvolvimento integral e de garantia de direitos. Ela possibilita, assim, a construção de um conhecimento que valoriza a diversidade e fomenta um ambiente mais inclusivo e respeitoso para todas as formas de expressão de gênero e sexualidade. Entretanto, como alertam Sepulveda e Correa (2021), é necessário combater práticas conservadoras, misóginas e LGBTIfóbicas que ainda persistem no cotidiano escolar, muitas vezes sob o argumento de "neutralidade" ou "proteção" de crianças e adolescentes.

Sendo assim, este artigo tem como objetivo discutir a importância da criação de recursos educativos como estratégia para a valorização da diversidade e para a promoção de direitos nas escolas. A partir de uma análise crítica sobre as possibilidades e desafios da inserção de discussões sobre sexualidade e gênero no contexto educacional, será apresentado o tabuleiro "Diversidade em Pauta" como um exemplo prático de recurso inclusivo, demonstrando como materiais pedagógicos podem ser utilizados de forma eficaz para fomentar discussões sobre diversidade e igualdade de forma acessível e participativa.

2. MATERIAL E MÉTODO

2.1 Tipo de pesquisa

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, do tipo estudo descritivo, que articula uma revisão bibliográfica da literatura com um relato de experiência sobre a criação de um recurso educativo. A opção pela abordagem qualitativa fundamenta-se nos pressupostos de Minayo (2014), para quem esse modelo de pesquisa se ocupa do universo de

significados, crenças e valores, sendo particularmente adequado ao estudo de fenômenos complexos e contextualmente situados, como as relações de gênero e sexualidade no ambiente escolar. O estudo descritivo, por sua vez, justifica-se pela proposta de Gil (2008), que define essa modalidade como voltada à descrição de características de determinado fenômeno, alinhando-se ao objetivo deste artigo de descrever o processo de criação do tabuleiro "Diversidade em Pauta" e suas potenciais contribuições para a educação sexual e psicologia escolar.

2.2 Relato de experiência como modalidade de produção científica

A escolha pelo relato de experiência como eixo estruturante do estudo ampara-se nas discussões de Tosta, Silva e Scorsolini-Comin (2016) e de Daltro e Faria (2019). Para os primeiros, o relato de experiência profissional constitui uma comunicação de interesse científico que descreve uma trajetória de atuação, distinguindo-se do estudo de caso por não exigir um projeto de pesquisa prévio com questões definidas a priori. Daltro e Faria (2019) acrescentam que o relato de experiência se inscreve no campo das ciências humanas, valorizando a experiência como objeto de análise e o sujeito implicado como operador ativo do conhecimento, em contraposição ao ideal de neutralidade característico do positivismo. Neste estudo, o relato de experiência não foi planejado como pesquisa, mas emergiu a posteriori, quando os autores identificaram o potencial do tabuleiro como recurso pedagógico inclusivo a ser sistematizado e compartilhado com a comunidade acadêmica.

2.3 Procedimentos de construção do relato

A revisão bibliográfica foi conduzida nas bases SciELO, PePSIC e *Google Acadêmico*, utilizando os descritores "educação sexual", "recursos educativos", "diversidade sexual", "escola" e "psicologia escolar", no período de 2010 a 2025. Foram selecionados artigos, livros e documentos oficiais que abordassem a temática da educação sexual e a criação de recursos educativos, constituindo o referencial teórico que fundamenta a análise. O relato de experiência refere-se à criação do jogo de tabuleiro "Diversidade em Pauta", desenvolvido no contexto de uma disciplina de Psicologia Escolar do curso de Psicologia. O processo de criação envolveu o levantamento de conceitos-chave sobre diversidade sexual e de gênero a partir da literatura e das apostilas da CAADI (2023); a elaboração de 30 perguntas e 20 situações-problema fictícias, mas

fundamentadas em situações típicas de discriminação documentadas na área (Junqueira, 2009; Ferrari, 2010), com diagramação no *software PowerPoint*; e a construção física do tabuleiro e dos *cards* utilizando materiais de baixo custo (papelão, impressão adesiva, dados e pinos). Não houve coleta de dados empíricos nem aplicação do jogo a participantes, razão pela qual o estudo dispensa aprovação por Comitê de Ética em Pesquisa.

2.4 Percurso analítico

O percurso analítico adotado foi a análise de conteúdo na modalidade temática, conforme sistematizada por Bardin (2016). A escolha fundamenta-se na proposição de Tosta, Silva e Scorsolini-Comin (2016) de que a análise de conteúdo é um procedimento adequado para a interpretação de relatos de experiência, por permitir a extração sistemática de categorias temáticas sem perder a riqueza interpretativa própria das ciências humanas. O procedimento analítico foi operacionalizado em três fases.

Na primeira fase (pré-análise), os autores organizaram o material disponível — compreendendo as perguntas e situações-problema elaboradas, o *design* do tabuleiro e os registros reflexivos do processo de criação — e realizaram uma leitura flutuante para identificação de temas recorrentes. Na segunda fase (exploração do material), procedeu-se à codificação e categorização, com destaque para cinco categorias temáticas emergentes: potencialidades do recurso lúdico, desafios de implementação, resistências institucionais e culturais, necessidade de formação de mediadores e limitações estruturais do tabuleiro.

Na terceira fase (tratamento dos resultados), as categorias foram discutidas por meio do referencial teórico adotado. O referencial teórico-metodológico que sustenta esse percurso é composto por dois eixos principais: a teoria crítica da educação de Silva (1992), que concebe a escola como espaço paradoxal de reprodução e transformação; e os estudos críticos contemporâneos sobre gênero e sexualidade na educação, representados por autores como Junqueira (2009), Seffner (2013; 2017), Bortolozzi, Pastana e Carvalho (2020), Sepulveda e Correa (2021), Pires e Midões (2022) e Seffner e Penna (2024).

3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A educação sexual é reconhecida como uma prática essencial para promover a igualdade e o respeito às diferenças no ambiente escolar. Pesquisas indicam que a integração da diversidade sexual no currículo escolar é uma estratégia eficaz para combater preconceitos e fomentar um ambiente educacional mais inclusivo. No entanto, essa integração enfrenta desafios, incluindo resistências culturais e a carência de materiais pedagógicos que abordem o tema de forma acessível e significativa (Rocha; Brabo, 2020; Seffner, 2013).

Recursos educativos, como jogos pedagógicos, são ferramentas eficazes na transmissão de conceitos complexos de maneira lúdica, facilitando a compreensão e a internalização de valores como respeito e diversidade (Aina; Abdulwasiiu, 2023). O tabuleiro "Diversidade em Pauta" foi criado no âmbito de uma disciplina de Psicologia Escolar, durante o curso de Psicologia, com o objetivo de compreender a temática da LGBTQIAPN+fobia e sua interferência direta no contexto escolar e no processo de ensino-aprendizagem de alunos(as) e professores(as). A proposta busca desenvolver estratégias lúdicas, como o jogo de tabuleiro, para serem utilizadas em intervenções práticas na atuação do(a) psicólogo(a) escolar, exemplificando como esses recursos podem ser aplicados para abordar a diversidade sexual nas escolas.

3.1 Educação Sexual no Brasil: Uma Perspectiva Crítica

Ao longo dos anos, políticas públicas voltadas para a educação sexual nas escolas foram desenvolvidas, com foco em crianças e adolescentes. No entanto, ainda há obstáculos significativos para a plena implementação dessas políticas. A resistência de alguns educadores e educadoras, aliada à oposição de famílias com visões mais conservadoras, revela que o tema ainda é amplamente tratado como um tabu na sociedade brasileira.

Esse cenário é reforçado pelo fato de que as políticas públicas voltadas à educação sexual começaram a ser formuladas, de maneira mais efetiva, apenas com o processo de redemocratização do Brasil, quando a valorização dos direitos humanos ganhou maior relevância na agenda política, especialmente após a promulgação da Constituição de 1988 (Rocha; Brabo, 2020). Conforme argumenta Junqueira (2009), a homofobia nas escolas não é um problema restrito a alguns indivíduos, mas uma questão estrutural que exige enfrentamento institucional e políticas sistemáticas.

A seguir, apresentamos uma linha do tempo das ações relacionadas à educação sexual nas escolas brasileiras, que ilustra a evolução e os desafios enfrentados ao longo das décadas. Este levantamento histórico destaca momentos-chave, desde as primeiras iniciativas no início do século XX até a implementação de políticas públicas mais estruturadas a partir da redemocratização do Brasil, na década de 1980. O quadro reúne informações sobre legislações, programas educacionais e campanhas que visam promover a educação sexual, evidenciando tanto os avanços quanto as interrupções no processo. Essa cronologia serve como uma ferramenta para compreender o contexto atual da educação sexual nas escolas e as tensões que persistem entre os esforços legislativos e as resistências culturais, essenciais para uma análise crítica sobre o tema.

Quadro 1 - Linha do Tempo das ações sobre educação sexual nas escolas brasileiras.

Ano	Ação
1920	Tentativa da feminista Berta Luz de implementar o ensino oficial de educação sexual.
1970	Lei nº 5.692/1971 estabelece que a educação sexual é responsabilidade dos orientadores educacionais ou professores da área de ciências.
1974	Parecer nº 2.264/74 do Conselho Federal de Educação legitima o ensino da educação sexual como parte dos programas de saúde.
1987-1988	Projeto de Educação Sexual para Comunidade Escolar, organizado pela Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco.
1989	Experiência da Secretaria Municipal de São Paulo com programa optativo de educação sexual, antes ou após as aulas. Proposta do Ministério da Saúde e da UNICAMP para incluir o Programa de Educação Sexual no currículo regular para crianças e adolescentes.
1990	Implementação de Programas de Educação Sexual nas escolas municipais de Porto Alegre.
1991	Fase experimental do programa Salto para o Futuro, da TV Escola, promovendo educação sexual à distância.
1995	Incorporação do programa Salto para o Futuro à grade da TV Escola.
1996	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (Lei nº 9.394/96) lança bases para uma escola pluralista e inclusiva; surgimento dos PCNs.
1997	Capacitações à distância para professores com a série "Prevenir é sempre melhor – crescendo de bem com a vida".
1998	Publicação dos cadernos de Temas Transversais dos PCNs para o Ensino Fundamental, marco sobre gênero e diversidade sexual nas escolas.
2001	Lançamento do Plano Nacional de Educação (Lei nº 10.172/01).
2002	Programa Nacional de Direitos Humanos II fortalece direitos à livre orientação sexual e combate à discriminação.
2003	Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas (SPE), parceria entre MEC, Ministério da Saúde, UNESCO e UNICEF. Lançamento da campanha contra discriminação nas escolas e criação do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos.
2004	Lançamento do Programa Brasil sem Homofobia, do Plano Nacional de Políticas para Mulheres, e da campanha "Travesti e respeito". Criação da SECAD/MEC.
2005	Lei Estadual nº 4.528/05, no RJ, estabelece diretrizes para organização do sistema de ensino, incluindo gênero e diversidade. Lançamento do Prêmio Construindo Igualdade de Gênero.

2006	Lançamento do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. Início do curso à distância "Gênero e Diversidade na Escola", com apoio da SPM e de diversas secretarias do MEC.
2008	Realização da I Conferência Nacional GLBT. Inclusão de recomendações de gênero e enfrentamento da homofobia no Edital de avaliação do PNLD 2010.
2011	Lançamento do Projeto Escola sem Homofobia, visando implementar o Programa Brasil sem Homofobia na educação. O projeto forneceu um kit educativo para apoiar discussões sobre diversidade no Ensino Médio.
2015	A 3ª Conferência Nacional de Juventude aprova diretrizes que incluem a educação sexual e a promoção da diversidade sexual e de gênero.
2016	O Programa Escola sem Partido ganha força, propondo limitar a discussão de gênero e sexualidade nas escolas, argumentando contra uma suposta "doutrinação ideológica".
2017	Reformulação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) exclui menções explícitas a gênero e sexualidade, provocando críticas de movimentos sociais.
2019	Aprovação da lei nº 13.935/2019, que prevê a presença de psicólogos e assistentes sociais nas escolas, com foco em apoiar o desenvolvimento emocional e social dos estudantes, incluindo temas de sexualidade.
2021	O Supremo Tribunal Federal (STF) decide que a educação sexual nas escolas não configura "ideologia de gênero", reafirmando a importância da abordagem do tema.
2022	A pandemia de COVID-19 impacta a implementação de programas de educação sexual nas escolas, com a suspensão de atividades presenciais e o foco em outras prioridades.
2024	O STF determina que escolas têm a obrigação de combater discriminação por gênero, identidade de gênero e orientação sexual, além de bullying.

Fonte: Adaptado de Kamel; Pimenta, 2008; Quinalha, 2022.

Sob essa ótica, as políticas de gênero e diversidade sexual frequentemente enfrentam interrupções no ciclo de criação e implementação. Tais interrupções, muitas vezes decorrentes de pressões políticas e sociais, impedem que essas políticas sejam consolidadas na prática escolar, dificultando sua aplicação efetiva e o alcance dos resultados esperados. Assim, o processo de tornar a educação sexual uma parte integral do currículo educacional permanece fragmentado, refletindo as tensões existentes entre avanços legislativos e as resistências culturais e ideológicas (Rocha; Brabo, 2020).

3.2 Recursos Educativos na Educação Sexual e Suas Limitações

Os recursos educativos na educação sexual são ferramentas essenciais para promover uma educação emancipatória e inclusiva, mas enfrentam limitações que frequentemente refletem a reprodução de ideologias dominantes, como discutido por Silva (1992). A escola, enquanto espaço de reprodução de normas e valores, acaba por perpetuar uma visão conservadora da sexualidade, moldada por padrões culturais e políticas que restringem o que pode ser ensinado. Como apontam Bortolozzi e Vilaça (2020), para construir uma educação sexual emancipatória, é necessário compreender a construção histórica da sexualidade e flexibilizar os padrões normativos que a regulam. Embora haja recursos como cartilhas, guias interativos, jogos e plataformas digitais, sua implementação é muitas vezes ineficaz ou inadequada, o que aprofunda o problema.

Ademais, como evidenciam Pires e Midões (2022) e Ratusniak (2024), a evasão escolar entre estudantes LGBTQIAPN+ está diretamente relacionada à falta de acolhimento e à violência simbólica e física cotidiana.

Outrossim, Seffner (2017) complementa esse raciocínio ao afirmar que a escola pode construir um *modus vivendi* de valorização da diversidade e respeito aos diferentes modos de ser, desde que assuma deliberadamente esse compromisso ético-político.

Conforme argumentam Bortolozzi e Vilaça (2020), para construir uma educação sexual emancipatória, é necessário compreender a construção histórica da sexualidade e flexibilizar os padrões normativos que a regulam. No entanto, a falta de preparo e a escassez de recursos adequados nas instituições de ensino impedem que essa perspectiva seja efetivamente incorporada ao currículo escolar. O acesso limitado a jogos pedagógicos e outros materiais que promovam a diversidade sexual, por exemplo, reflete o conservadorismo e a resistência institucional em promover uma educação sexual que vá além dos padrões normativos.

A teoria de Silva (1992), que discute a dialética da reprodução e transformação no contexto escolar, ajuda a entender como a educação pode reproduzir a ideologia dominante. Assim como ele sugere que a escola é um espaço paradoxal, os recursos educativos disponíveis para a educação sexual revelam essa tensão, produzindo contradições e brechas para mudanças.

Dessa forma, faz-se necessário articular como essas ideologias dominantes e a resistência institucional manifestam os papéis de gênero de forma sutil, como na divisão do que é considerado "de menina" e "de menino", e assim, a cisheteronormatividade acaba sendo reproduzida. Ao criar um ambiente educacional seguro e livre de preconceitos, a escola tem o poder de desafiar os padrões normativos, produzindo novas ideias e contribuindo para a formação de cidadãos conscientes.

Destarte, ferramentas como dinâmicas, vídeos, jogos e grupos de discussão oferecem uma plataforma para educadores e estudantes refletirem sobre as questões históricas e sociais que moldam a sexualidade. Esses materiais, quando adequadamente elaborados e implementados, podem contribuir para a emancipação dos educandos. No entanto, como apontam Bortolozzi e Vilaça (2020), é preciso que esses recursos não apenas existam, mas que sejam integrados de maneira coerente e crítica no processo educativo, o que ainda é uma grande limitação em muitas escolas.

Portanto, para superar essas limitações, é crucial repensar a maneira como os recursos educativos são desenvolvidos e implementados. Isso envolve não apenas a criação de materiais que promovam uma visão crítica da sexualidade, mas também a formação contínua dos educadores para poderem utilizar esses recursos de forma eficaz. Como sugerido por Silva (1992) e reforçado por Bortolozzi e Vilaça (2020), o cruzamento entre reprodução e transformação é onde reside o potencial para uma educação sexual emancipadora. Nesse sentido, a construção de novos materiais educativos que promovam a diversidade e desafiem os padrões normativos representam um passo essencial para alcançar uma educação sexual crítica e inclusiva.

3.2.1 Estratégias para a Valorização da Diversidade e Promoção de Direitos

A Declaração dos Direitos Sexuais, publicada no XIV Congresso Mundial de Sexologia em 1999, consagra os direitos sexuais como parte integral dos direitos humanos. Ela estabelece o direito à liberdade sexual, à autonomia e integridade do corpo, à privacidade, à justiça sexual, ao prazer e à expressão emocional, à livre escolha de parcerias sexuais, e ao acesso a informações baseadas em evidências científicas. Contudo, ao trazer esses direitos para o campo da educação sexual, surgem desafios relacionados à disponibilização e uso de recursos educativos (Bortolozzi; Pastana; Carvalho, 2020).

Embora o direito à educação sexual integral seja reconhecido, sua implementação enfrenta obstáculos, como barreiras culturais e políticas, que limitam a adoção de materiais que realmente valorizem a diversidade sexual, de gênero e as múltiplas formas de expressão da sexualidade. A falta de formação adequada para educadores e a escassez de recursos pedagógicos inclusivos comprometem a promoção de uma educação sexual que respeite a pluralidade, perpetuando a desinformação e o preconceito. Assim, é necessário ir além da mera disponibilização de recursos, abordando também as questões estruturais e culturais que restringem o pleno exercício dos direitos sexuais no ambiente escolar.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Apresentação do tabuleiro “Diversidade em Pauta”

Pensando nas estratégias para a valorização da diversidade, o tabuleiro “Diversidade em Pauta” foi criado como uma ferramenta que pode ser aplicado por

educadores(as), com a vantagem da facilidade de acesso a materiais de baixo custo e que promove uma oportunidade interessante para a abordagem sobre a educação sexual. Desenvolvido pelos(as) autores(as) a partir de uma perspectiva crítica da atuação de profissionais da psicologia nas escolas, o tabuleiro busca contribuir com as práticas educativas ao fomentar um espaço de acolhimento e respeito às diversidades. O jogo não requer acesso à internet e utiliza materiais simples, como papelão, impressão adesiva, dados e pinos. Estruturado com um percurso de 48 espaços, o tabuleiro apresenta um arco-íris a cada três casas, convidando os jogadores a interagir com perguntas ou situações-problema que desafiam suas percepções sobre sexualidade e identidade de gênero.

Figura 1 - Jogo de Tabuleiro “Diversidade em Pauta”



Fonte: Elaborado pelos autores, 2025.

Foram criados 30 *cards* de perguntas e respostas, e 20 de situações-problema elaborados e numerados no *PowerPoint*¹. O jogador pode escolher qual número deseja responder, permitindo que os participantes explorem conceitos fundamentais como siglas, orientações sexuais e identidades de gênero, bem como de situações-problema de LGBTQIAPN+fobia no contexto escolar.

¹Link para acesso: <https://abrir.link/tixEp>

As casas arco-íris com pontos de interrogação correspondem às perguntas e respostas, enquanto as casas arco-íris com pontos de exclamação representam as situações-problema. Ao todo, são 12 arco-íris no tabuleiro.

Para cada pergunta, o grupo/jogador(a) tem um minuto para responder, e para cada situação-problema, tem três minutos para elaborar uma resposta e apresentar a solução. A cada acerto, o grupo/jogador avança uma casa no jogo.

Quadro 2 - Exemplo de Perguntas e Situações-Problema.

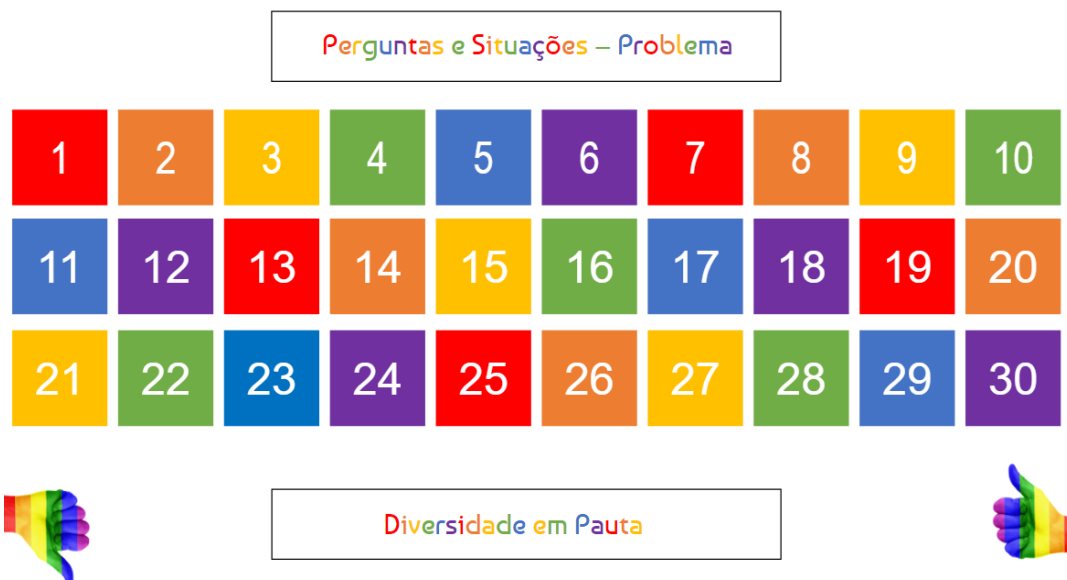
Perguntas / Situações-Problema	Respostas
O que significa a sigla LGBTQIAPN+?	A sigla mostra as várias identidades sexuais e de gênero que são diferentes da cisheterossexualidade, sendo elas: lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, transgênero, queer, questionando, intersexo, assexuais, pansexuais, não-binários (CAADI, 2023).
Pedro é alvo de piadas e insultos por parte de seus colegas, que o chamam de “anormal” e fazem piadas depreciativas sobre o seu corpo e suas formas de se comportar. Pedro fica constrangido, se sente desanimado e inseguro para ir às aulas. O que a escola deveria fazer?	Resposta do aluno(a)/grupo analisado pelo(a) mediador(a) responsável.
Qual a diferença entre identidade de gênero e orientação sexual?	Identidade de gênero se refere a como a pessoa se identifica de acordo com sua autopercepção. Orientação sexual se refere ao modo como a pessoa expressa sua afetividade e sexualidade (CAADI, 2023).
Uma professora lésbica é alvo de difamação e boatos sobre sua vida pessoal em relação à namorada, prejudicando sua reputação profissional. Pais e mães ligaram na escola dizendo que não queriam que os(as) filhos(as) tivessem aula com essa professora. O que a escola deveria fazer?	Resposta do aluno(a)/grupo analisado pelo(a) mediador(a) responsável.
Qual a diferença entre cisgênero, transgênero e não binário?	A pessoa cisgênero é aquela que identifica com o gênero atribuído ao nascer de acordo com suas características genitais e biológicas. A pessoa transgênero é aquela que se identifica com um gênero diferente do que lhe foi atribuído ao nascer. Não binária é a pessoa que não se percebe pertencente a um gênero exclusivamente, nem com o gênero masculino e nem o feminino (CAADI, 2023).
Gabriel, um menino trans enfrentou resistência e falta de apoio da escola para usar seu nome e pronome corretos. Ele foi continuamente chamado pelo seu nome de registro e tratado de forma desrespeitosa pelos(as) professores(as) e colegas, o que causou ansiedade e constrangimento. O que a escola deveria fazer?	Resposta do aluno(a)/grupo analisado pelo(a) mediador(a) responsável.

Fonte: Adaptado pelos autores, 2025.

Ao abordar a LGBTQIAPN+fobia e suas manifestações no ambiente escolar, o tabuleiro visa promover uma oportunidade de transmissão de informações, formação e

promoção de diálogo, oferecendo um entendimento mais amplo e crítico das dinâmicas de diversidade. Projetado para jovens a partir de 10 anos, educadores(as) e outros(as) profissionais da educação, o jogo promove a interação em grupos de até seis participantes, incentivando a discussão e o trabalho colaborativo.

Figura 2 - Cards de Perguntas e Situações-Problema



Fonte: Elaborado pelos autores, 2025.

A LGBTQIAPN+fobia refere-se à aversão, discriminação ou preconceito contra pessoas que se identificam com orientações e identidades de gênero fora da heteronormatividade (Brasil, 2004).

Entretanto, é importante reconhecer as limitações do tabuleiro. Embora a abordagem lúdica seja envolvente e educativa, a eficácia do jogo depende da abertura dos participantes para discutir temas sensíveis e da capacidade dos mediadores em guiar as conversas de forma respeitosa e construtiva. Além disso, o jogo pode não alcançar todas as nuances da diversidade sexual e de gênero, especialmente em contextos onde a LGBTQIAPN+fobia é institucionalizada e internalizada.

A pessoa LGBTQIAPN+ nasce em uma cultura que reforça padrões cisheteronormativos e dessa maneira é comum que a LGBTQIAPN+fobia se internalize a ponto da pessoa se achar errada, acreditando que ela deve mudar para se adequar aos padrões sociais. Isso acarreta diversos danos psicológicos, a existência das resoluções 01/99 e 01/18 feitas pelo Conselho Federal de Psicologia (1999; 2018; 2023), que

orientam que psicólogos(as) não tratem pessoas LGBTQIAPN+ como doentes, ajudando-as a entender o papel da opressão social em cima de sua subjetividade, com o compromisso do enfrentamento a todas as formas de violência, discriminação e preconceito.

Dessa forma, para maximizar o potencial do tabuleiro “Diversidade em Pauta”, é fundamental que os(as) educadores(as) estejam preparados para facilitar diálogos profundos e significativos, garantindo que a experiência de aprendizado não apenas informe, mas também promova a empatia e o respeito à diversidade.

4.2 Possibilidades e desafios da utilização de recursos educativos em Projetos de Educação sexual

A análise de conteúdo realizada sobre o processo de criação e as potenciais aplicações do tabuleiro "Diversidade em Pauta" aponta que a utilização de recursos educativos lúdicos configura uma estratégia promissora para abordar a educação sexual nas escolas. O caráter lúdico do tabuleiro favorece a emergência de diálogos sobre temas considerados delicados, como identidade de gênero, orientação sexual e preconceito. Conforme argumentam Aina e Abdulwasiiu (2023), recursos educativos bem estruturados potencializam o engajamento dos estudantes, pois transferem o foco do "conteúdo moral" para a "dinâmica do jogo", reduzindo resistências iniciais. Essa característica é particularmente relevante em contextos nos quais a educação sexual é frequentemente tratada com silêncio ou constrangimento.

No entanto, observa-se uma contradição central: a efetividade do jogo depende crucialmente da mediação realizada por educadores(as). Em escolas onde não há formação continuada em gênero e sexualidade, ou onde predominam visões conservadoras, o recurso pode ser subutilizado, silenciado ou mesmo rejeitado. Seffner (2013) denuncia que o regime da heteronormatividade opera no espaço escolar de modo tão naturalizado que muitas vezes os próprios professores e professoras reproduzem preconceitos, ainda que involuntariamente. Isso significa que a mera existência de um recurso educativo não garante práticas emancipatórias; é necessário um trabalho político-pedagógico mais amplo, conforme destacam Sepulveda e Correa (2021).

As situações-problema contidas no jogo revelam dimensões institucionais da LGBTQIAPN+fobia. Na visão de Pires e Midões (2022) e Ratusniak (2024), a evasão escolar entre jovens LGBTQIAPN+ está diretamente relacionada à falta de acolhimento

e à violência simbólica e física cotidiana. O tabuleiro, ao tematizar essas situações, não é apenas um jogo, mas um dispositivo de denúncia e conscientização. Contudo, sua aplicação em sala de aula pode gerar desconforto em mediadores não preparados.

Outro ponto crítico diz respeito às limitações estruturais: o tabuleiro foi desenvolvido com materiais de baixo custo, o que é uma vantagem para replicação, mas sua diagramação artesanal pode restringir a durabilidade e o alcance em larga escala.

A articulação com o referencial teórico de Silva (1992) é esclarecedora na medida em que concebe a escola como um espaço paradoxal de reprodução e transformação. O tabuleiro "Diversidade em Pauta" pode atuar como ferramenta de transformação na medida em que desafia o discurso hegemônico cisheteronormativo, mas sua implementação pode ser cooptada ou bloqueada pelas mesmas estruturas que reproduzem esse discurso. Em contextos em que vigora o chamado "Escola sem Partido" ou movimentos similares, professores podem ser intimidados a não utilizar o recurso (Rocha; Brabo, 2020).

Por fim, a análise permite afirmar que o tabuleiro "Diversidade em Pauta" representa uma contribuição relevante no âmbito da psicologia escolar, pois oferece um recurso concreto para psicólogos(as) e educadores(as) atuarem na prevenção do preconceito e na promoção da saúde mental de jovens LGBTQIAPN+. No entanto, sua efetividade plena depende de um ecossistema mais amplo: políticas públicas que garantam o direito à educação sexual (Brasil, 2024); formação inicial e continuada de professores(as) em gênero e diversidade, conforme preconizado por Sepulveda e Correa (2021) e Seffner e Penna (2024); e envolvimento das famílias e comunidades, superando visões conservadoras. O fortalecimento do debate, portanto, exige ir além da descrição do recurso para uma análise crítica das condições materiais e simbólicas que possibilitam ou obstaculizam seu uso, conforme sistematizado no quadro 1.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo reafirma a relevância de desenvolver e aplicar recursos educativos que promovam uma educação sexual emancipatória no ambiente escolar. O tabuleiro "Diversidade em Pauta" é um exemplo de como esses recursos podem ser usados para fomentar o respeito à diversidade, desafiando preconceitos e combatendo a LGBTQIAPN+fobia nas escolas. A análise realizada destaca a importância de se

compreender as narrativas e ideologias que permeiam a educação sexual, apontando como recursos educativos podem transformar a reprodução do discurso hegemônico e contribuir para produção de práticas pedagógicas mais inclusivas.

Embora os resultados mostrem avanços na criação de recursos que promovem a diversidade sexual e de gênero, ainda há desafios significativos a serem superados, principalmente no que diz respeito à formação docente, à contribuição familiar e à resistência institucional. As barreiras culturais e políticas precisam ser enfrentadas para que a educação sexual possa se consolidar como um direito fundamental, integrando-se plenamente ao currículo escolar de forma contínua e crítica.

Pesquisas futuras podem ser importantes para a continuidade da investigação sobre o impacto desses recursos no cotidiano escolar e explorem sua implementação em diferentes contextos educacionais, como escolas públicas e privadas de diferentes regiões. É essencial expandir a aplicabilidade de materiais pedagógicos inclusivos, promovendo uma educação que, além de informar, forme cidadãos críticos e comprometidos com a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e plural.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AINA, J. K.; ABDULWASIU, A. A. **Teachers' effective use of educational resources and their effect on students' learning.** *Üniversitepark Bülten*, v. 12, n. 2, p. 83-98, 2023.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** São Paulo: Edições 70, 2016.

BORTOLOZZI, A. C.; PASTANA, M.; CARVALHO, L. R. S. Educação sexual na vida e nas escolas. In: BORTOLOZZI, Ana Cláudia (org.). **Educação sexual com e para adolescentes: aspectos teóricos e práticos.** Araraquara, SP: Padu Aragon, 2020.

BORTOLOZZI, A.; VILAÇA, T. **Educação sexual na escola: desafios e possibilidades.** São Paulo: Cortez, 2020.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Caderno escola sem homofobia.** 2004. Disponível em: <https://abrir.link/ianWc>. Acesso em: 15 set. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Caminhos para a construção de uma educação sexual transformadora** [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Universidade de Brasília. – Brasília : Ministério da Saúde, 2024.

Conselho Federal de Psicologia (CFP). **Referências Técnicas para Atuação de Psicólogos, Psicólogos e Psicólogues em Políticas Públicas para População LGBTQIA+.** Brasília: CFP, 2023.

Conselho Federal de Psicologia (CFP). **Resolução CFP nº 001/1999, de 22 de março de 1999. Estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da Orientação Sexual.** Brasília, DF: [s.n.], 1999. Disponível em: <https://abrir.link/JIsaz>. Acesso em: 20 set. 2025.

Conselho Federal de Psicologia (CFP). **Resolução nº 1/2018. Estabelece normas de atuação para as psicólogas e os psicólogos em relação às pessoas transexuais e travestis.** Brasília, DF: [s.n.], 2018. Disponível em: <https://abrir.link/gzWMi>. Acesso em: 01 out. 2025.

Coordenadoria das Ações Afirmativas, Diversidade e Equidade (CAADI). **Estratégias de enfrentamento à LGBTQIAP+Fobia.** Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp), Grupo de Pesquisa PsiCUQueer – Psicologia, Cultura e Coletivos Queer; elaboração, Fernando Silva Teixeira Filho [et al.]. São Paulo: Unesp, 2023.

DALTRO, Mônica Ramos; DE FARIA, Anna Amélia. **Relato de experiência: Uma narrativa científica na pós-modernidade.** Estudos e pesquisas em psicologia, v. 19, n. 1, p. 223-237, 2019.

TOSTA, Luana Rodrigues de Oliveira; SILVA, Thaysa Brinck Fernandes; SCORSOLINI-COMIN, Fabio. **O relato de experiência profissional e sua veiculação na ciência psicológica.** Clínica & Cultura, v. 5, n. 2, 2016.

FERRARI, Anderson. **“Eles me chamam de feia, macaca, chata e gorda. Eu fico muito triste”** – Classe, raça e gênero em narrativas de violência na escola. Instrumento: Revista Estudos e Pesquisas em Educação. Juiz de Fora, v. 12, n. 1, p. 21-30, 2010.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. **Homofobia nas escolas: um problema de todos.** In: Junqueira, Rogério Diniz (Org.). Diversidade sexual e educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas. Brasília: Ministério da Educação, UNESCO, 2009. v. 32, p. 13-51 (Coleção Educação para todos).

KAMEL, L.; PIMENTA, C. **Diversidade sexual nas escolas: o que os profissionais de educação precisam saber.** Rio de Janeiro: ABIA, 2008.

MEIRELES, Gabriela Silveira; FERRARI, Anderson. **Alguns motivos para ensinar gênero e sexualidade às crianças desde a educação infantil.** Teias, v. 22, p. 338-352, 2021. Disponível em: <https://www.epublicacoes.uerj.br/revistateias/article/view/51348/38771>. Acesso em: 13 set. 2024.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

PIRES; Fabrício Matias; MIDÕES, Ana Carla Dantas. **Evasão escolar e diversidade de gênero**. Ciência em Evidência, v.3 (FC), e022001, 2022.

QUINALHA, Renan. **Movimento LGBTI+:** uma breve história do século XIX aos nossos dias. Edição do Kindle. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2022.

ROCHA, K. A.; BRABO, T. S. A. M. Entre silêncios, sussurros e censuras: gênero e diversidade sexual nas políticas educacionais. In: SILVA, M. E. F.; BRABO, T. S. A. M. (org.). **Direitos humanos, diversidade, gênero e sexualidade:** reflexões, diagnósticos e intervenções na pesquisa em educação. Marília: UNESP, 2020. p. 233-252.

RATUSNIAK, Célia. **Gênero, raça, evasão e expulsão escolar:** por que os alunos e as alunas deixam de frequentar a escola? Revista Brasileira de Educação, vol.29, e290109, Epub 21-Nov-2024.

SEFFNER, Fernando. **A escola e a construção de um “modus vivendi” de valorização da diversidade e de respeito aos diferentes modos de ser**. In RIOS, Jane Adriana Vasconcelos Pacheco (Org.). Diferenças e desigualdades no cotidiano da educação básica. Campinas, Mercado de Letras, 2017, p. 227-256

SEFFNER, Fernando; PENNA, Fernando. **Educação democrática e equidade de gênero**. Retratos da Escola, v. 18, p. 39-57, 2024.

SEFFNER, Fernando. **Sigam-me os bons:** apuros e aflições nos enfrentamentos ao regime da heteronormatividade no espaço escolar. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 145-159, 2013.

SEPULVEDA, Denize; CORREA, Renan. **A importância das discussões sobre gêneros e sexualidades nas escolas:** combatendo práticas conservadoras, misóginas e LGBTIfóbicas. Instrumento – Revista em Estudo e Pesquisa em Educação, v. 23, p. 278-296, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/revistainstrumento/article/view/33967/23063>. Acesso em: 13 set. 2024.

SILVA, T. T. **O que produz e reproduz a educação?** In: SILVA, T. T. Teoria crítica da educação. São Paulo: Loyola, 1992. p. 67-89.

Credenciais da/os autora/es

Greison de Jesus Ferreira. Mestrando em Psicologia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP) de Assis.  Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0362-0892> E-mail: greison.ferreira@unesp.br

Carolina Conceição Franco Ribeiro Massarico. Graduada em Psicologia pela Faculdade de Botucatu (UNIBR), especializanda em Psicologia Clínica Histórico-Cultural pelo Instituto Veresk de Psicologia Histórico-Cultural (VERESK).  Orcid:

<https://orcid.org/0009-0005-2945-4430>

E-mail:

carolmassarico.psi@gmail.com

Marcela Pastana. Professora Assistente Doutora do Departamento de Psicologia Clínica da Faculdade de Ciências e Letras. Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar da Universidade Estadual Paulista (UNESP) de Araraquara.  Orcid:

<https://orcid.org/0000-0003-0499-6338>

E-mail: marcela.pastana@unesp.br

Endereço para correspondência: Greison de Jesus Ferreira. Rua Doutor Chicão

Teixeira n. 425 - Apto 1 , Vila Tênis Clube CEP 19806350, Assis/SP. E-mail:

greison.ferreira@unesp.br

Recebido: 20/03/2026.

Aceito: 09/05/2026.